

Português, Língua de Ciência (2009)

[INÉDITO. Comunicação ao colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, Lisboa, 16.VI.2009]

Durante o Renascimento e o Classicismo, as principais línguas da Europa disputaram uma espécie de concurso de beleza, cada uma chamando a si as qualidades de mais maviosa, mais rica de termos, mais adequada à expressão do pensamento ou, simplesmente, de mais achegada ao latim, que não só detinha a pureza das origens, como era a língua da comunicação internacional, do pensamento científico e da religião. O orgulho nacional de possuir uma língua perfeita, como disse Leite de Vasconcelos, gerou em Portugal uma série de obras como o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros, ou um dos *Discursos vários políticos*, de Manuel Severim de Faria, ou os *Breves louvores da língua portuguesa, com notáveis exemplos da muita semelhança, que tem com a língua Latina*, de Álvaro Ferreira de Vera, onde se lêem deslumbramentos como este:

não há língua em Europa... mais digna de ser estimada para história que a portuguesa: pois ela entre as mais é a que em menos palavras descobre maiores conceitos e a que com menos rodeios e mais graves termos dá no ponto da verdade. (Vera, *Breves Louvores*, Lisboa, 1631, fl. 87v).

A semelhança com o latim era um argumento a que os normalizadores linguísticos frequentemente recorriam, mas de que não abusavam. O primado do latim, que curiosamente ainda reaparece em algum discurso sobre o multilinguismo europeu, não era visto como impeditivo do desenvolvimento nas várias línguas das competências próprias de geração e transmissão do pensamento e do conhecimento cultural e científico. O que Lutero fez à língua da religião fizeram os gramáticos e os cientistas nas respectivas línguas nacionais, que dotaram de recursos discursivos, terminológicos e normalizantes adequados a línguas de ciência: um discurso rico em denotação, isto é, em frases e palavras de inequívoco sentido literal, em léxico sempre renovado para

acompanhar a evolução da filosofia, da ciência e da técnica, em princípios de uniformização e generalização destas características a toda a comunidade, através do ensino e da literatura. Isso foi particularmente evidente na adaptação das línguas para servirem como metalínguas, ou seja línguas aptas a veicular a descrição, a interpretação e o ensino de si mesmas, por contraposição às tradições que viam nas várias línguas reflexos da estrutura da gramática latina, como se o conhecimento desta bastasse para conhecer todas as outras. Com grande anterioridade a Ferreira de Vera, já o nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, tinha defendido o uso da língua portuguesa para se descrever a si própria e para a si própria colocar perguntas e dar respostas, pois o mais importante era, nas suas palavras, «que em cada língua notemos o próprio do costume dela»¹. Outrotanto é dizer, na palavras do excelente dicionário Houaiss, que a «língua dos povos que desenvolveram uma civilização marcada por grande cultura e nessa língua produziram sua literatura escrita» merece ser qualificada de *língua de cultura*, e por extensão *língua de ciência*. O português deu todos os passos requeridos para usufruir dessas qualificações e sem elas não estaria bem colocado para tratar da sua internacionalização.

Centremo-nos agora no aspecto particular que aqui mais interessa: o português como metalíngua, como língua científica apta ao estudo de si mesma. Frequentemente se confunde o termo *internacionalização da língua portuguesa* com o termo *internacionalização do conhecimento linguístico do português*, o qual forma um capítulo na difusão da ciência que se faz no nosso país. Para este segundo termo, dispõe Portugal de políticas oficiais que prevêm «medidas para dar maior visibilidade interna e externa à produção científica nacional» e «medidas que estimulem a internacionalização da produção científica nacional, fazendo integrar a produção científica de investigadores ou de instituições nos critérios de avaliação»². Fazem falta, com efeito, medidas nesse sentido, pois é motivo de preocupação o limitado papel que os dados sobre a nossa língua desempenham na bibliografia linguística internacional. Em 1994, Maria Helena

¹ Fernão de Oliveira, *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, 1536, fol. d6r.

² Ministério da Ciência e Tecnologia. *Política Científica e Tecnológica: Diagnóstico e orientações de médio e de curto prazo*. Documento de Trabalho, OCT-01/98. 1ª versão, 08/05/98.

Mateus³ tinha encontrado, num conjunto de 300 livros de fonologia, apenas doze dedicados ao português, todos eles escritos por portugueses ou brasileiros. Além disso, encontrou manuais de fonologia ricos em exemplos de numerosas línguas, que não do português, culminando numa base da Universidade de Califórnia-Los Angeles que, entre 335 línguas, não chega a referir o português. Finalmente, as poucas referências detectadas nem sempre estavam correctas. Os anos decorridos desde este triste levantamento trouxeram algumas melhorias, especialmente através da internet, que, como se sabe, tem de tudo um pouco, mas em regra as panorâmicas internacionais, e as abordagens de pormenor, continuam a ser largamente alheias às aquisições da linguística do português, por mais relevantes que estas sejam.

De modo que tem plena justificação a manutenção das políticas de internacionalização da produção científica nacional, protagonizadas entre nós pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), agência que coordena a investigação científica das unidades de I&D das universidades através do financiamento por concurso de indivíduos e de projectos, bem como do financiamento directo às unidades mediante avaliação externa. A influência da FCT na orientação da ciência é, portanto, muito grande, mas manifesta-se quase exclusivamente por via orçamental, sendo a sua ideologia adivinhável mais pelos actos que pelas suas explicações, espontâneas ou solicitadas.

Um pressuposto aparente nas suas acções tem incidência directa sobre o problema que aqui nos ocupa. A FCT valoriza sobremaneira a publicação em revistas internacionais com arbitragem científica e editorial, posição que é inatacável em termos gerais. Também é inatacável no particular das publicações de linguística do português, quando estas visam a divulgação de resultados da produção científica (recorde-se o levantamento de Mateus).

Mas, excluída desta valorização, ou recebendo-a em grau diminuído, fica a genuína produção de ciência linguística publicada em português e destinada, em primeira mão, ao escrutínio de um público especialista capaz de ler português. Muita dessa produção aparece em dissertações, em revistas e actas de congressos nacionais, em miscelâneas

³ MHMMateus, "O português: caminhos da investigação", *Actas do Congresso Internacional sobre o Português (1994)*, org. Duarte-Leiria, I, Lisboa, 1996, 16-17.

de homenagem (que, por definição, não têm arbitragem). Se se pode defender que as aquisições dos matemáticos e dos biólogos portugueses têm de passar pelo crivo dos ambientes internacionais onde são fabricados os prémios Nobel, já a mesma asserção parece difícil de argumentar quando em causa estão objectos de estudo como a língua portuguesa, o mesmo se dizendo da literatura, da história e da cultura portuguesas. Primeiro seria preciso provar que os centros de excelência nestes domínios são exclusivamente estrangeiros e que os maiores especialistas são todos estrangeiros ou, se nacionais, examinados e aprovados lá fora. A ciência portuguesa passa bem sem o síndrome Manoel de Oliveira.

Este pressuposto tem efeitos perversos e, às vezes, risíveis, como apresentarem-se comunicações em penoso inglês em colóquios frequentados exclusivamente por portugueses e brasileiros; como ignorar que os estudos portugueses se inscrevem no quadro da romanística, que dispõe de várias línguas científicas menos prezadas pela FCT, mas de nível igual ou superior ao que se acha publicado em inglês; como permitir que os avaliadores de estudos feitos sobre o português não conheçam essa língua, nem a cultura que a alimenta, não se qualificando, portanto, para apreciar a justeza das descrições, a autenticidade dos materiais, a pertinência das propostas.

A FCT é uma agência governamental portuguesa, que encara a língua portuguesa como objecto de interesse científico igual a qualquer outro, mas não como metalíngua em que esse interesse e a sua divulgação se manifestem. Neste sentido, não está em sintonia com outras políticas governamentais, declaradamente favoráveis à defesa, promoção e internacionalização da língua portuguesa.

Ora, nenhuma língua é suporte neutro para produtos culturais. Ao escolher a língua em que escrevemos, estamos também a escolher a literatura científica em que desejamos ser acolhidos, os autores que referimos, as terminologias e estilos de exposição nela consagrados. Se escolhemos escrever ciência em inglês, difícil se torna não adoptarmos também os programas de pesquisa próprios dessa língua e, com eles, importarmos como centrais à nossa actividade preocupações que nasceram em quadros culturais onde prevalece uma relação entre língua e metalíngua que não é a nossa.

O conhecimento científico da língua portuguesa deve ser prioritariamente produzido dentro da própria língua portuguesa. Tal como qualquer outro falante, o linguista do português deve trabalhar *de dentro* da sua língua. Dizia Eduardo Prado Coelho que uma língua é «o lugar onde falamos sempre *de dentro*, tal como o corpo que nos é inerente e que nunca conseguimos ver como mero objecto exterior a nós»⁴.

⁴ E. Prado Coelho, “O Português, língua de comunicação internacional”, *RILP*, 7, 1992, 17.